

Organização do ensino público no final do século XIX: o processo legislativo em Uberabinha, MG*
Organization of the public teaching at the end of the 19th century: the legislative process in Uberabinha, MG

Wenceslau Gonçalves Neto**

O estudo faz parte de um esforço para ampliar a compreensão do processo de organização e difusão da educação pública no Estado de Minas Gerais, nos primeiros anos do período republicano, sendo tomada como referência a legislação educacional do município de Uberabinha (Uberlândia a partir de 1929), produzida em 1892, primeiro ano de funcionamento da Câmara Municipal. As quatro primeiras leis são todas voltadas para a educação, envolvendo a lei de instrução pública, o regulamento escolar, as aulas noturnas e a divisão das zonas literárias. São analisados o universo cultural da cidade e o perfil dos membros da Câmara, a partir de algumas categorias como ocupação profissional, naturalidade, tendência política, experiência administrativa anterior, etc, para se compreender algumas razões dessa preocupação seminal do município para com a educação.

Palavras chaves: Instrução pública – legislação educacional – Uberabinha

The study is part of an effort to augment the comprehension of the organization and diffusion process of the public education in the state of Minas Gerais, in the first years of the republican period, being taken as a reference the educational legislation of Uberabinha municipality (Uberlândia since 1929), produced in 1892, in the first year of activities of the municipal council. The first four laws are all about education, involving the law of public instruction, school regulation, nocturne classes, and literary zone division. It is analyzed the cultural universe of the city, and the municipal council members profile, from some categories as professional occupation, place of birth, politic trends, prior administrative experience, etc, to comprehend some reasons to this seminal preoccupation of the municipal council about education.

Keywords: public instruction – educational legislation - Uberabinha

A partir principalmente da década de 1990 muito se tem discutido sobre a história da educação brasileira no século XIX¹, principalmente ao final do Império e começo da República, dando continuidade a diversos estudos pioneiros que se debruçaram sobre o tema e

* Resultado parcial da pesquisa “Organização do ensino público e representações de educação e civilização em Minas Gerais: Uberabinha, 1888-1930 – Análise documental e interpretação”, financiada pelo CNPq

** Doutor em História pela FFLCH/USP. Professor do Instituto de História e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: wenceslau@ufu.br.

¹ Cf., entre outros: Souza, R. F.; Valdemarin, V. T. & Almeida, J. S.. *O legado educacional do século XIX*; Schelbauer, A. R. *Idéias que não se realizam*; Vidal, D. G. & Souza, M. C. C. C. (org.). *A memória e a sombra*; Lopes, E. M. T.; Faria Filho, L. M. & Veiga, C. G. (org.). *500 anos de educação no Brasil*.

o período². De uma forma geral, as avaliações convergem em dois sentidos: por um lado uma crítica contundente às condições da instrução imperial, marcada pelo descaso, pela falta de um projeto unificador, em função da descentralização de poder e de responsabilidades implementada a partir de 1834, pela escassez de recursos, de métodos, de professores etc. Boa parte desses problemas avança pela era republicana, permanecendo a responsabilidade pela educação sobre estados, sem uma diretriz norteadora para o território nacional. Por outro lado, temos, tanto ao final do império quanto na República, uma crença exacerbada no poder transformador ou regenerador da educação, no sentido de se promover a formação e a difusão dos ideais nacionais por meio desta, bem como qualificar o povo para a vida política e para o trabalho. A educação aparece como uma espécie de panacéia para os problemas seculares que foram se acumulando no país ao longo do tempo.

Deve se chamar a atenção, também, para a presença dos princípios liberais que se vão disseminando no Brasil ao longo do século XIX, consolidando-se na primeira Constituição republicana, de 1891. Embora esta Carta não se debruce específica nem detidamente sobre a questão da educação, instituição fundamental no interior das idéias liberais, limitando-se a prescrever a laicidade do ensino e algumas outras responsabilidades para o Congresso, nela se concentram os princípios da divisão dos poderes, da representação, dos direitos individuais, das liberdades, inclusive de ensino, etc. Apesar da prática não democrática da Primeira República e da ínfima participação da população nos processos eletivos, por conta das restrições às mulheres e aos analfabetos, vemos aí a confirmação do ideário liberal que vinha circulando pela vida política do império.

Da mesma forma, principalmente depois de 1870, surgem diversas análises da realidade nacional que se propõem a pensar os problemas do país sob a ótica da ciência e das possibilidades de utilização desta para a superação dos mesmos. E se a ciência é a solução, a educação é condição para o desenvolvimento da ciência e do indivíduo. Daí a necessidade de se investir na educação, não apenas para se alcançar o descortino da vida política e a preparação para o trabalho, mas também para gerar conhecimento que pudesse ser utilizado na superação dos problemas nacionais e na promoção do progresso. Essas idéias, oriundas principalmente da Europa, vão se irradiando nos grandes centros brasileiros e compuseram um movimento conhecido como ilustração brasileira, que Roque Spencer Maciel de Barros³ situa entre 1870 e 1914. Portanto, o Brasil não se encontrava à margem das discussões que

² Cf., entre outros: Moacyr, P. *A instrução e o Império*; Moacyr, P. *A instrução e a República*; Menucci, S. *Cem annos de instrução publica*; Mourão, P. K. C. *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império*; Mourão, P. K. C. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*; Nagle, J. *Educação e Sociedade na Primeira República*.

aconteciam nos países avançados, procurando, na medida do possível, atualizar-se e acompanhar o debate internacional, embora isto não redundasse em mudanças sensíveis nas práticas políticas que continuavam autoritárias e tradicionalistas.

Se as idéias da elite intelectual, ilustrada, convergem para a necessidade da educação, as críticas às condições desta no império e início da República tanto reforçam a urgência da instrução como justificam a inviabilidade, até então, de se operar qualquer forma de inclusão popular no curto prazo, dada a falta de preparação escolar e cívica do povo brasileiro. E isto remete a uma concepção que se dissemina entre os liberais brasileiros do final do século XIX, perdurando pela Primeira República, sobre a “insuficiência do povo”, que não estaria preparado para a vida democrática ou para a grande obra de construção de uma nação. Marlos Bessa, em recente estudo que trata do pensamento educacional no Brasil, anota a presença desse “preconceito” com relação ao povo, que é discriminado no momento do voto, restringindo significativamente sua participação política tanto no Império como na República:

“É nesse sentido que se dá continuidade entre a fase final do Império e a República. O primeiro restringiu a cidadania popular, especialmente após a reforma eleitoral de 1881. (...) A República, por sua vez, mantém a exclusão, agora por conta da permanência valorativa de uma desconfiança com uma população sujeita à *desordem*, não dotada de *luzes*, que introduz no quadro político uma certa dose de imprevisibilidade”⁴.

Se o povo era considerado insuficiente do ponto de vista cívico, o que dizer com relação à capacidade de trabalho, de inovação, de iniciativa, o que impedia a elite dirigente e os empreendedores nacionais de colocar o país num patamar superior de desenvolvimento. Se não igual ao das potências que emergiram no século XIX, pelo menos próximo desse grupo. Ou seja, era necessário promover o progresso, fixação programática da elite no período, muito influenciada pelos idéias positivistas e pelos ecos da industrialização que se processava na Europa e em várias outras partes do mundo, como Estados Unidos e Japão. A educação poderia, portanto, soltar as amarras que prendiam o país ao subdesenvolvimento, permitindo a concretização das potencialidades brasileiras.

Nesse sentido, conjugavam-se argumentos políticos, econômicos, sociais, etc na defesa da educação, como mecanismo capaz de permitir à população acesso aos bens sociais, prepará-la para o trabalho nos novos moldes que se formavam no país, iniciá-la na vida política de forma consciente e participativa, conscientizá-la dos valores culturais nacionais e inculcar-lhe os elementos de civismo, os princípios científicos, possibilitando a geração de conhecimento, promovendo o progresso, etc.

³ A ilustração brasileira e a idéia de Universidade.

O entusiasmo pelas possibilidades abertas pela educação era muito grande no país ao final do século XIX.

A elite de Uberabinha e a educação

Uberabinha (Uberlândia, a partir de 1929) consegue sua emancipação política por meio da Lei 4.643, de 31 de agosto de 1888. O processo fora encaminhado pelas mãos do deputado Augusto César Ferreira e Souza, sobre o qual, a partir das fontes consultadas, pairam algumas dúvidas sobre sua tendência política no momento da criação do município.

Em suas breves memórias, publicadas em 1908 na vizinha cidade de Araguari, incompletas por ter sido vencido pela doença antes do seu término, Augusto César diz o seguinte: “Militando em política no Imperio, ao lado do Partido Conservador, servi e exerci funções multiplas até nas mesas eleitoraes de qualificação com escrupulos respeitadores dos direitos dos adversarios”⁵. Embora admita sua opção conservadora, o trabalho pela autonomia do distrito, assumido pelo deputado, é realizado em conjunto com os líderes liberais de Uberabinha, conforme podemos depreender da exposição de um memorialista: “A corrente dos políticos mais evidentes do partido Liberal, que apoiava o Deputado Augusto César Ferreira e Souza, representante da zona triangulina junto à Assembléia Legislativa Provincial...”⁶. Esta anotação se não indica mudança de posição por parte do deputado, sinaliza sua aproximação com as lideranças liberais e, conseqüentemente, com suas idéias. Ao mudar-se para Uberabinha em 1890 e assumir em 1892 a presidência da Câmara, provavelmente não o faria sem a aquiescência desses próceres liberais. Ainda nessa linha de clareamento da tendência do deputado, é importante citar um outro pesquisador mais recente da história da cidade e que diz que o deputado fora “eleito em 1888 para a Assembléia Provincial como Deputado pelo Partido Liberal, representante do Triângulo Mineiro...”⁷. Independentemente da tendência política de Augusto César, afinal um dos principais responsáveis pela emancipação e pela organização da cidade nos seus primeiros anos, estas observações são importantes para compreendermos um pouco do horizonte cultural da elite da cidade que tem suas principais lideranças ligadas ao Partido Liberal, sendo dessa corrente a proposta emancipatória do distrito.

⁴ Rocha, M. B. M. *Matrizes da Modernidade Republicana*, p. 70-71.

⁵ “Augusto Cesar Ferreira e Souza”. *Almanach de Uberabinha*. Uberabinha: Typographia da Livraria Kosmos, 1912, p. 5.

⁶ Jerônimo Arantes, *Cidade dos sonhos meus*, p. 46. Este pesquisador (1892-1983) foi professor, dono de colégio e inspetor público na cidade nas primeiras décadas do século XX.

⁷ Nascimento, D. A. *História de Uberlândia*, p. 35.

Para fundamentar o projeto de autonomia municipal, o deputado solicita aos seus correligionários da cidade, “os políticos mais evidentes do partido Liberal”, que enviem uma moção apresentando as condições do distrito bem como suas potencialidades. O documento é preparado pelo vigário, padre João da Cruz Dantas Barbosa e assinado por outras figuras de expressão, que refletem o poder político local: o padre, um professor público, dois fazendeiros e um comerciante. Três desses signatários estarão na primeira Câmara Municipal, que terá o início do seu funcionamento marcado para 1892. O vigário Dantas, também provável vereador, não participa porque morre em 1890. Mas em seu lugar estará, na igreja e na Câmara, o novo pároco, seu irmão, padre Pio Dantas Barbosa, o que demonstra a continuidade do poder político dos antigos liberais nos primeiros anos de existência da cidade de Uberabinha.

Se a elite da cidade estava ligada ao Partido Liberal, também as idéias que professava seguiam o catecismo partidário. Dessa forma, podemos presumir que as lideranças da cidade partilhavam a idéia de uma educação como demolidora do atraso e descortinadora do progresso, ao mesmo tempo que consideravam o povo ainda incapacitado para a prática política, o que poderia vir a ocorrer pela via da educação. E isto será percebido pela atuação da Câmara no seu primeiro ano de funcionamento: as quatro primeiras leis do município voltam-se, todas, para a educação. A cidade começa a se organizar tomando como referência a organização da instrução pública. Portanto, apesar de sua localização interiorana, no chamado “Sertão da Farinha Pôdre”, a elite não se encontrava desatualizada com relação aos problemas nacionais, inclusive educacionais, tendo vivência dos mesmos por meio das disputas partidárias do período imperial e das idéias professadas pelos mesmos.

Tentando captar o sentido dessa precoce “vocaçãõ” educacional da Câmara, procuraremos fazer uma análise preliminar dos representantes do povo que assumem a vereança após as primeiras eleições da cidade. Este olhar é importante para que possamos aquilatar a capacidade de articulação e o conhecimento de leis, funcionamento do processo legislativo e da prática administrativa, etc, além da predominância liberal, já anotada.

Tomando a relação dos primeiros eleitos para a Câmara Municipal, estabelecemos algumas categorias, como idade, naturalidade, nível de instrução, atividade profissional, experiência político-administrativa anterior e tendência política para melhor visualizarmos o perfil dos legisladores da cidade, que irão confeccionar o conjunto de leis voltadas para a educação, a que nos referimos. As informações nem sempre permitem preencher todos os quesitos, sendo inexistentes para alguns membros da edilidade. Os resultados estão resumidos no quadro abaixo.

Vereador	Idade	Naturalidade	Atividade profissional	Nível de instrução	Experiência administrativa	Tendência Política
Augusto César Ferreira e Souza	46	Três Pontas-MG	Advogado, fazendeiro, jornalista, professor	Superior	Escrivão, vereador, presidente de Câmara, promotor, deputado provincial	Conservador
Padre Pio Dantas Barbosa	–	Dores de Santa Juliana-MG (uberabinhense)	Padre	Superior	Membro de Comissão do Conselho da Intendência	Liberal
Antônio Maximiano Ferreira Pinto	–	Uberabinha*	Farmacêutico	Primário*	–	Liberal*
José de Lelis França	25	Uberabinha	Comerciante, professor	Primário*	–	–
Antonio Alves Pereira	23	Uberabinha	Fazendeiro, jornalista	Primário	–	–
Manoel Alves dos Santos	–	Uberabinha	Fazendeiro	Primário*	Membro de Comissão do Conselho da Intendência	Liberal
José Teófilo Carneiro	40	Uberabinha	Comerciante	Primário*	Membro de Comissão do Conselho da Intendência	Liberal
Arlindo Teixeira	39	Uberaba-MG (Uberabinha 1884)	Comerciante	Primário	Membro adjunto do Conselho da Intendência	Liberal
Eduardo José Bernardes	–	Oliveira-MG (Uberabinha anos 1880)	Professor público, ourives	Normal*	–	–
Honório Marra da Silva	–	–	Fazendeiro*	Primário*	–	–
José Inácio Rodrigues	–	–	–	Primário*	–	–
José Joaquim Coelho	–	–	–	Primário*	–	–

* Informação presumida, a partir da leitura das fontes.

Fonte: Teixeira, T.; Arantes. J.; Pezzuti, P.

O quadro, apesar de algumas informações incompletas e outras presumidas, oferece um perfil razoável da primeira Câmara Municipal de Uberabinha. Algumas inferências assumidas o foram em função da leitura das fontes consultadas. Por exemplo: não existe informação sobre a atividade econômica do vereador Honório Marra da Silva, mas diz-se que morava numa chácara, levando-nos a definir sua ocupação como fazendeiro; Antônio Maximiano Ferreira Pinto é considerado liberal por ser filho de um dos líderes locais deste partido; o padre é considerado com instrução superior pelos estudos teológicos em seminário; o professor Eduardo José Bernardes é considerado normalista porque foi professor público nomeado; os demais foram considerados como tendo o curso primário, pois deveriam ter pelo menos as primeiras letras para serem eleitos vereadores. Alguns, inclusive, exerceram o ofício de professores, ainda que por iniciativa privada.

Pelo quadro, podemos avançar outras inferências. Primeiro, que a faixa etária na Câmara não era alta, sendo a média de 34,4 anos e o mais velho, o presidente, com 46 anos. Em segundo lugar, quanto à naturalidade, percebe-se que, dos identificados, 5 eram naturais de Uberabinha e 4 eram de outras localidades. No entanto, deve se observar que, desses forasteiros, o Padre Pio “era filho do lugar, pode-se dizer, pois que para aqui veio nos tempos de sua primeira infância e aqui foi criado”⁸; o professor Eduardo José Bernardes deve ter ido para Uberabinha nos anos 1880, pois será um dos sucessores do primeiro professor público de Uberabinha, que morre em 1879; e o comerciante Arlindo Teixeira se encontrava estabelecido no lugar desde 1884. Apenas Augusto César Ferreira e Souza, apesar de oriundo da região do Triângulo Mineiro, tinha sua trajetória mais ligada à cidade de Sacramento, onde foi vereador e presidente da Câmara, entre os anos de 1872 e 1890. Dessa forma, percebemos que a composição da Câmara privilegiava claramente os “locais”, numa mostra de defesa dos interesses da elite tradicional contra os novos habitantes que chegavam ao lugar. Observa-se, portanto, uma defesa cerrada por parte da elite local, respeitadas suas fraturas políticas, para não admitir novos “sócios” no processo de desenvolvimento da cidade, permitindo a entrada no grupo apenas de algumas pessoas de destaque, como o padre, o professor ou um comerciante em ascensão, como Arlindo Teixeira.

Com relação à ocupação profissional, percebemos a predominância dos fazendeiros (4 ocorrências), seguidos dos comerciantes (3 indicações). No entanto, é significativo que existam também três ocorrências de professores, o que reforça a idéia da respeitabilidade que era devotada à instrução na nova cidade. Além desses mestres, tínhamos um padre, um

⁸ Pezzuti, P. *Município de Uberabinha*, p. 21.

farmacêutico e um advogado. E dois dos vereadores exerceram ainda o ofício de jornalistas, entre outras atividades, do extenso rol que consta nas fontes consultadas.

Com relação a experiência administrativa anterior, percebe-se que o mais preparado era exatamente o Major Augusto César Ferreira e Souza, que assume a presidência e que fora escrivão, vereador e presidente de Câmara em Sacramento-MG, além de ter sido deputado provincial, responsável pela criação do município de Uberabinha. Mas estavam também na Câmara: Arlindo Teixeira, adjunto do Conselho de Intendentes, formado em março de 1891, para preparar as condições de funcionamento da Câmara que assumiria no ano seguinte; Padre Pio Dantas Barbosa, Coronel Manoel Alves dos Santos e Coronel José Teófilo Carneiro, que foram membros das comissões de instalação nomeadas juntamente com o Conselho de Intendentes. Portanto, não era uma Câmara absolutamente inexperiente em trabalhos legislativos e de administração pública. Se acrescentarmos a isso as habilidades de professor de Eduardo José Bernardes e de comerciante e professor de José de Lelis França, podemos concluir que a Câmara Municipal de Uberabinha possuía condições de discutir os principais problemas de uma cidade da época, como também de estabelecer um projeto de desenvolvimento, que incluía a questão da educação como um dos seus fundamentos.

Para ampliar um pouco mais a compreensão dos personagens que participaram desta primeira edilidade, acrescentaremos mais alguns dados. Antonio Alves Pereira era fazendeiro com tendência à modernização, constando que além de plantação de café e de cana, montou engenho com capacidade de moagem para “dez carradas de cana por dia”. Exerceu atividades de jornalista e foi um dos primeiros fazendeiros da região a enviar caixas com cobras venenosas para o Instituto Butantã, o que demonstra sua atualização com os fatos da vida do País. Embora tenha feito apenas o curso primário, era admirador da educação: “No prédio que havia construído para instrução, montou uma escola de alfabetização dirigida pelo professor Antônio de Alcântara Lambert, douto na língua vernácula, em cuja fonte toda sua família recebeu as luzes da instrução...”⁹.

Manoel Alves dos Santos também dedicava-se a atividades rurais, incorporando modernas tecnologias em suas propriedades: “O coronel Manoel Alves dos Santos era criador de selecionado gado Zebu e de lindos plantéis de muares, caprinos e lanígeros. Na secção agrícola, destacava-se a existência de lavouras de cereais e grandes canaviais, para cuja industrialização dispunha de magnífico engenho de cilindro”¹⁰.

⁹ Teixeira, T. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central*, v. 2, p. 44.

¹⁰ Teixeira, T. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central*, v. 2, p. 363.

José Teófilo Carneiro era comerciante estabelecido e sua atuação posterior na liderança do processo de implantação da estrada de ferro (1895), na luta pela ponte que facilitava a relação econômica com Goiás e Mato Grosso (1909), o empenho para a instalação da luz elétrica na cidade (1912), a construção do cinema, etc, demonstram o descortino e a percepção de modernidade presentes no personagem.

Arlindo Teixeira transfere-se para Uberabinha em 1884, onde envolve-se na política local e, em 1888, encontramos-lo assinando o já citado manifesto pela emancipação do distrito de Uberabinha. Em 1891, participa ativamente do processo de criação da comarca de Uberabinha. Também foi responsável pelo planejamento urbano que se formulou, já em 1895, pelas mãos de um engenheiro da Companhia Mogiana, tentando controlar a construção desordenada de casebres que normalmente acompanhava o trajeto do rego d'água da servidão pública: “E assim foram os cerradões esquadrinhados, desde o antigo cemitério então existente no local ocupado pela atual Prefeitura, até a linha de estrada de ferro em construção...”¹¹.

Com esses homens e suas convicções a Câmara embrenha-se nos trabalhos legislativos, buscando estruturar as condições de funcionamento da nova cidade e definindo seu perfil. A primeira sessão oficial será em 7 de abril de 1892 e, já na sessão seguinte (9 de abril), é aprovada a criação do “imposto da taxa escolar”. No dia 12 de abril é apresentado o projeto de lei da instrução pública de Uberabinha, encaminhado à presidência da casa por dois de seus representantes¹².

O projeto deterá a maior parte da atenção da Câmara nas próximas sessões, recebendo diversas propostas de emendas por parte de vários vereadores. As votações foram ocorrendo e, finalmente, em 22 de abril, foi aprovada aquela que se tornou a Lei N. 1 de Uberabinha, “Que dispõe sobre instrução publica”. Os trabalhos da Câmara prosseguem, assim como as iniciativas voltadas para a educação. Em 16 de junho de 1892 foi aprovada a Lei n. 2, “Que dispõe sobre o regulamento escolar”. Ainda nesse mês de junho, foram aprovadas: Lei n. 3, “Que dispõe sobre as aulas noturnas”; e Lei n. 4, que “Dispõe sobre a divisão das zonas literarias dos distritos da cidade de Uberabinha”¹³.

Dessa forma, as lideranças da cidade montam, em pouco mais de dois meses, uma proposta de educação popular, que contemplava a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino,

¹¹ Teixeira, T. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central*, v. 2, p. 85.

¹² Camara Municipal de S. Pedro de Uberabinha. *Actas da Câmara*.

¹³ Camara Municipal de S. Pedro de Uberabinha. *Actas da Câmara*; Camara Municipal de S. Pedro de Uberabinha. *Leis, Decretos, Regulamentos*. Estas 4 leis encontram-se disponibilizadas na página web: www.histedbr.fae.unicamp.br.

estabelecia fonte para os recursos despendidos, mecanismos de inspeção, controle censório do material utilizado no ensino, atuação de professores e alunos, indicava as disciplinas curriculares, as condições para a construção e funcionamento das escolas, a difusão dos princípios e símbolos republicanos, etc.

A legislação básica da educação, organizando a instrução pública, que o governo federal não conseguiu ou não quis fazer, e que o governo mineiro só completaria no ano seguinte, a edilidade uberabinhense produziu em pouco mais de dois meses. No entanto, assim como no plano federal, o município não obteve os resultados que esperava na educação, promovendo diversas reformulação durante a primeira república, que deverão ser objeto de novos estudos.

Considerações Finais

Esta breve exposição nos permite perceber que os vereadores que assumiram a Câmara em 1892, eram homens que estavam em sintonia com as transformações que ocorriam no País, de ordem econômica, política e cultural. A predominância de fazendeiros não é, neste caso, um indicativo de reacionarismo, pois, como vimos, a maior parte adota procedimentos modernos em suas fazendas. Os comerciantes são arautos dos novos tempos, motivando a mudança no local, de olho nas possibilidades que a mesma abria para os seus negócios. Também foram importantes as experiências docentes de alguns membros. Mas a figura decisiva foi o presidente da Câmara, Augusto César, detentor de larga experiência legislativa, bem como conhecimento dos meandros de confecção das leis, por sua condição de advogado, provavelmente secundado pelo vigário, Padre Pio, pela participação ativa na vida política da cidade, bem como pela ascendência moral que exercia sobre a comunidade.

De qualquer forma, percebe-se que eram homens, dentro de suas limitações, capacitados, em princípio, para a missão que se propunham: montar uma cidade destinada ao progresso. Essa fixação pelo progresso, presente no imaginário das elites locais, pode ser percebida, por exemplo, numa fala do Cônego Pezzuti:

“A população de Uberabinha, franca, leal, morigerada e hospitaleira, inteligente e activa, enveredou desassombradamente pela senda luminosa do progresso e tudo faz crer que a passos largos continuará a ir avante, sem vacilações e sem desfalecimentos”¹⁴.

¹⁴ Pezzuti, P. *Município de Uberabinha*, p. 29.

Referências Bibliográficas

- “Augusto Cesar Ferreira e Souza”. *Almanach de Uberabinha*. Uberabinha: Typographia da Livraria Kosmos, 1912, p. 1-8.
- Arantes, Jerônimo. *Cidade dos sonhos meus: memória histórica de Uberlândia*. Uberlândia (MG): EDUFU-Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2003.
- Barros, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de Universidade*. São Paulo: FFCL/USP, 1959.
- Camara Municipal de S. Pedro de Uberabinha. *Leis, Decretos, Regulamentos*. Uberabinha, 1892, Livro 1 (Arquivo Público Municipal de Uberlândia-MG).
- Camara Municipal de S. Pedro de Uberabinha. *Actas da Câmara*. Uberabinha, 1892-1895, Livro 1 (Arquivo Público Municipal de Uberlândia-MG).
- Lopes, Eliane Marta Teixeira; Faria Filho, Luciano Mendes & Veiga, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- Menucci, Sud (1932). *Cem annos de instrução publica (1822-1922)*. São Paulo: Editores Salles Oliveira, Rocha & Cia, 1932.
- Moacyr, Primitivo. *A instrução e o Império (subsídios para a Historia da Educação no Brasil): 1823-1889*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936-1938, 3 v.
- Moacyr, Primitivo. *A instrução e a República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, 4 v.
- Mourão, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1959.
- Mourão, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.
- Nagle, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- Nascimento, Dorivaldo Alves do. *História de Uberlândia*. Uberlândia (MG): Grafy Editora, 1998, p. 35
- Pezzuti, Cônego Pedro. *Município de Uberabinha: historia, administração, finanças, economia*. Uberabinha (MG): Livraria Kosmos, 1922.
- Rocha, Marlos Bessa Mendes da. *Matrizes da Modernidade Republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil*. Campinas (SP): Autores Associados; Brasília: Plano, 2004, pp. 70-71
- Schelbauer, Analete Regina. *Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914*. Maringá (PR): EDUEM, 1998.
- Souza, Rosa Fátima de; Valdemarin, Vera Teresa & Almeida, Jane Soares. *O legado educacional do século XIX*. Araraquara (SP): UNESP, 1998.
- Teixeira, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central: História da criação do município de Uberlândia*. Uberlândia (MG): Uberlândia Gráfica Ltda – Editôra, 1970, 2 v.
- Vidal, Diana Gonçalves & Souza, Maria Cecilia Cortez C. de (org.). *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.